

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

ISSN: 2525-9571

Vol. 6 | Nº. 3 | Ano 2024

EIXO TEMÁTICO: PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES E DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO

**Alessandra Furtado
Fernandes**

IF Sudeste MG- Campus SJDR

alessandra.fernandes@ifsudest
emg.edu.br

**Adriana Magalhães
Veiga de Broutelles**

IF Sudeste MG- Campus SJDR

adriana.broutelles@ifsudestem
g.edu.br

**Isabela Matos Botelho
Luz**

IF Sudeste MG- Campus SJDR

isabela.luz@ifsudestemg.edu.br

Juliana Brito de Souza

IF Sudeste MG- Campus SJDR

juliana.brito@ifsudestemg.edu.
br

**Vaneska Ribeiro
Perfeito Santos**

IF Sudeste MG- Campus SJDR

vaneska.perfeito@ifsudestemg.
edu.br

FEMINICÍDIO: estudo de caso de projeto de ação afirmativa no IF Sudeste MG - Campus São João del-Rei

Femicide: case study of affirmative action project at IF Sudeste MG – campus São João del-Rei

Resumo: Os estudos sobre feminicídio são atuais e emergentes na nossa sociedade. O feminicídio é resultado da violência em suas diversas tipificações que causam inicialmente impactos na saúde física e psicológica de quem as vivencia ocasionando o desfecho final, a morte. O presente artigo é resultado de um projeto de Ações Afirmativas ofertado para a comunidade acadêmica feminina do IF Sudeste MG - Campus São João del-Rei, que objetivou permitir espaços para a discussão sobre a questão do feminicídio e auxiliar no processo de empoderamento feminino. A metodologia de trabalho foi desenvolvida por meio de oficinas quinzenais com temas relacionados ao feminicídio, apresentando dados referentes ao número de casos de violência doméstica nos últimos anos, e orientando sobre os direitos da mulher, os possíveis relacionamentos abusivos e o conhecimento pessoal de si mesmo. Estruturou-se com uma equipe de 12 mulheres, discentes e servidoras. Como resultado, foi possível ampliar os espaços de discussão sobre a questão e conseqüentemente, auxiliar no processo de empoderamento feminino das alunas do ensino médio integrado ao técnico, técnico concomitante e superior.

Palavras-chave: feminicídio; educação; relacionamentos abusivos; diversidade.

Abstract: Studies on femicide are current and emerging in our society. Femicide is the result of violence in its various types that initially cause impacts on the physical and psychological health of those who experience it, causing the final outcome, death. This article is the result of an Affirmative Action project offered to the female academic community at IF Sudeste MG - Campus São João del-Rei, which aimed to provide spaces for discussion on the issue of femicide and assist in the process of female empowerment. The work methodology was developed through fortnightly workshops with themes related to femicide, presenting data regarding the number of cases of domestic violence in recent years, and providing guidance on women's rights, possible abusive relationships and personal knowledge of oneself. . It was structured with a team of 12 women, students and employees. As a result, it was possible to expand the spaces for discussion on the issue and consequently, assist in the process of female empowerment of high school students integrated with technical, concomitant technical and higher education.

Keywords: femicide; education; abusive relationships; diversity.

1. Introdução

A cultura machista e patriarcal impõe a desigualdade entre os gêneros (Ferreira *et al.*, 2021). O preconceituoso mundo de supremacia masculina, das liberdades restritas e direitos anulados, onde, conforme Gomes *apud* Pinheiro (2001, p. 51), "*Uma mulher está sob a guarda do seu pai durante a infância, sob a guarda de seu marido durante a juventude, sob a guarda de seus filhos em sua velhice; ela não deve jamais conduzir-se a sua vontade.*" Nos faz refletir sobre o alcance real dos princípios fundamentais da Dignidade da Pessoa Humana elencados na nossa Constituição Cidadã de 1988. Chegamos à triste conclusão que, nada adianta a boa lei quando o Poder Público não impõe e promove o seu cumprimento.

Entende-se por ações afirmativas o conjunto de medidas especiais voltadas a grupos discriminados e vitimados pela exclusão social ocorridos no passado ou no presente. Dessa maneira, busca-se eliminar as desigualdades e segregações, de forma que não se mantenham grupos elitizados e grupos marginalizados na sociedade, ou seja, conseguir uma composição diversificada onde não haja o predomínio de raças, etnias, religiões, gênero, etc.

Este artigo se propõe a contar sobre a experiência do Projeto de Ações Afirmativas realizado no IF Sudeste MG- Campus São João del-Rei em que foi realizado abordagens dialógicas, com discussões em grupos de mulheres, alunas dos cursos técnicos integrados e concomitantes, e dos cursos superiores.

Optou-se pela articulação entre teoria e prática por meio de oficinas pedagógicas com encontros quinzenais abordando em linguagem acessível três temáticas: (i) enfrentamento à violência contra mulheres; (ii) saúde da mulher e (iii) autoestima e liderança.

As oficinas atendem, basicamente, a duas finalidades: (a) articulação de conceitos, pressupostos e noções com ações concretas, vivenciadas pelo participante ou aprendiz; e b) vivência e execução de tarefas em equipe, isto é, apropriação ou construção coletiva de saberes.

Ao se desenvolver oficinas para alunas de nossa instituição, esperou-se que essas mulheres compreendessem melhor que as questões da violência contra a mulher na sociedade brasileira sinalizam um fenômeno social e histórico, resultado de vários condicionamentos. E que a partir das oficinas, elas estejam mais preparadas e empoderadas para lidar com essa questão, dando voz às suas causas.

A ideia se desenvolveu com temas que norteiam as realidades de opressão que as mulheres passam. A opção pelas oficinas, já realizada em projeto anterior mostrou-se muito válida. As oficinas são uma forma de construir conhecimento, com ênfase na ação, sem perder de vista, porém, a base teórica. Já que a mesma pode ser vislumbrada como "*um tempo e um espaço para aprendizagem; um processo ativo de transformação recíproca entre sujeito e objeto; um caminho com alternativas, com equilíbrios que nos aproximam progressivamente do objeto a conhecer*" (Vieira *et al.*, 2022, p. 11).

Objetivou assim ampliar o espaço de discussão e enfrentamento da violência contra as mulheres e a questão do feminicídio de forma a sair da invisibilidade e preparar as mulheres para se empoderarem nesse processo de construção de sua cidadania. Despertando a conscientização sobre a necessidade de identificar e eliminar todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres, sensibilizando estudantes e comunidade a respeito da violência de gênero e possibilitando um maior conhecimento de seus direitos por parte das mulheres, visando à construção de uma cultura de paz e igualdade de direitos e de oportunidades nas escolas, nas famílias, nas comunidades em que vivem. Uma vez conscientes de seus direitos, poderão exercê-los e terão a percepção sobre as violências e violações de direitos que porventura possam vitimizá-las.

2. Feminicídio no Brasil: verdades esquecidas

A história do Brasil nos mostra que a violência contra as mulheres sempre foi justificada diante da ideologia patriarcal que confere aos homens um poder sobre as mulheres. Isso remonta à época colonial em que aos homens cabia “*disciplinar e controlar as mulheres da família, sendo legítimo que, para isso, recorressem ao uso da força*” (Lage; Nader, 2012, p. 287).

A cultura machista e patriarcal sempre impôs a desigualdade entre os gêneros. A legislação permitia ao homem, em nome de sua honra, o direito de até matar sua esposa em caso de adultério (D’ Agostini, M. *et al.* 2021). E como as mulheres sempre dependiam economicamente de seus maridos, as mulheres ficavam sujeitas às relações abusivas nesse modelo patriarcal em que faziam um papel secundário de afazeres domésticos e cuidados com os filhos (Saffioti, 1987; Araújo, 2022).

É recente o reconhecimento dos atos violentos contra a mulher como um problema social, sendo que o combate a esse tipo de violência se dá de duas formas: na esfera pública, por meio de delegacias especializadas e da Lei 11.340, de agosto de 2006 (Lei “*Maria da Penha*”) e, na esfera civil, com a pressão de movimentos sociais em suas ações diretas e acompanhamentos e fiscalização das políticas públicas para as mulheres (Lage; Nader, 2012, p. 286 e 287).

A violência pode ser reconhecida como parte cotidiana da vida de milhares de meninas e mulheres brasileiras. Em 2023, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgou a quarta edição da pesquisa “*Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*”, que mostrou que quase 30% das brasileiras sofreram algum tipo de violência ou agressão durante o ano de 2022 (FBSP, 2023). Neste mesmo documento, as autoras, ao comparar as quatro ondas dessa pesquisa que acontece bianualmente desde 2017, revelaram que a estabilidade nos indicadores de incidência de violência verificada nas primeiras três edições foi substituída por um substancial aumento na última pesquisa, aferida em 2023.

Existe ainda grande desconhecimento sobre a violência de gênero no Brasil. Nunca houve interesse dos governos em produzir, no plano nacional, uma pesquisa domiciliar

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

com metodologia robusta, com amostragem aleatória e os necessários requisitos metodológicos para que as entrevistadas pudessem reportar verdadeiramente os fatos sobre esse tema tão delicado. Assim, o Estado termina enxergando apenas uma pequena parte do *iceberg* da violência contra a mulher no Brasil. Como exemplo dessa limitação, dados do Mapa da Violência 2023 e em registros administrativos nacionais, estimaram que, a cada ano, haveria no mínimo 822 mil estupros no país, sendo que apenas 8,2% desses casos chega ao conhecimento das polícias (IPEA, 2023).

Tendo em vista que o conceito jurídico do feminicídio surge no Brasil apenas em 2015, com a sanção da Lei nº13.104 – que o definiu como um tipo específico de homicídio doloso qualificado, por ser cometido contra a mulher por razões da condição de sexo feminino e/ou em decorrência da violência doméstica e familiar –, é muito provável que ainda esteja em curso um processo de aprendizado acerca da correta classificação de alguns dos homicídios de mulheres como feminicídio, o que depende da compreensão e da sensibilização das autoridades judiciárias quanto ao fenômeno.

A despeito da estabilidade observada na incidência de feminicídios no Brasil, dois movimentos, que se fortaleceram a partir do começo dos anos 2000, podem já estar engendrando alteração na dinâmica desses eventos. O primeiro é a forte mudança do regime demográfico rumo ao envelhecimento da população. O segundo diz respeito à maior incidência do movimento feminista, que esteve por trás de grandes campanhas contra o machismo e contra a violência de gênero no país, impulsionando a agenda por mudanças legislativas importantes na matéria. Estas mudanças consistiram de: i) promulgação da Lei Maria da Penha; ii) alteração do crime de estupro (modificado pela Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009, que aumentou as penas e trouxe inúmeras modificações no Título VI da Parte Especial do Código Penal, que tratava dos “*crimes contra os costumes*”, passando a denominá-los “*crimes contra a dignidade sexual*”); e iii) na Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015).

É sabido também que a mulher que se torna uma vítima fatal muitas vezes já foi vítima de uma série de outras violências de gênero, por exemplo: violência psicológica, patrimonial, física ou sexual. Ou seja, muitas mortes poderiam ser evitadas, impedindo o desfecho fatal, caso as mulheres tivessem tido opções concretas e apoio para conseguir sair de um ciclo de violência (Leandro *et al.*, 2019). A violência doméstica e familiar atinge mulheres de todas as idades, de diversas classes sociais, raças, credos, níveis educacionais, profissões. Atinge mulheres urbanas e rurais e tem impacto negativo nas crianças e adolescentes, que estão nesse ambiente abusivo.

Quando se fala das relações abusivas não podemos negar que elas comportam violências principalmente de natureza física, moral, patrimonial, sexual e psicológica. Relacionamentos abusivos são, muitas vezes, descritos como compostos por ciclos de violência que se repetem (Noronha; Dourado, 2012). O abuso mantém a relação de poder do abusador sobre o abusado, que é tido como o seu objeto. Arendt (1985) explica que a violência surge como última alternativa possível para manter o poder sobre o outro. Nas relações abusivas, o poder está no cerne da questão, ela demonstra a desigualdade existente entre as forças do abusador e do sujeito que sofre o abuso.

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

3. Resultados

As ações afirmativas constituem-se de medidas especiais voltadas a grupos discriminados e vitimados pela exclusão social ocorridos no passado ou no presente. É o que ocorre com as mulheres em nosso país. Além das barreiras sociais ainda impostas às mulheres que buscam a igualdade nas relações e oportunidades.

O projeto foi desenvolvido por meio de oficinas, conforme mostra a Figura 1, e contou com a participação de 7 alunas bolsistas/voluntárias, sendo 2 do ensino técnico em Meio Ambiente integrado ao ensino médio, 2 do ensino técnico concomitante em Enfermagem e 3 do curso superior em Letras, além de servidoras do Campus São João del-Rei -IF Sudeste MG.



Figura 1 – Alguns exemplos de oficinas ofertadas no Projeto de Ações Afirmativas.

Vários foram os relatos dessas alunas que viveram intensamente os temas abordados nas oficinas. Como o relato de uma aluna de Letras que explica que *“O projeto proporcionou momentos de muito aprendizado e de experiências que levarei para vida toda. Participar desse projeto foi incrível, momento de amadurecimento e de empoderamento como mulher, ter coragem de dizer não quando algo está errado e fora do contexto. Não vivo em um relacionamento de abuso, mas pude vivenciar muitos relatos na Oficina de “Relacionamentos Abusivos” de meninas e mulheres que vivem o abuso de várias maneiras diferentes. E poder ajudá-las com as oficinas oferecidas pelo projeto foi muito gratificante e renovador. Por ter empatia sentir com elas, chorar com elas e de conhecer pessoas incríveis. Mulheres que a cada dia se superam, que se amam”*. Já uma aluna do ensino médio relata que *“O projeto foi muito além do que eu imaginava. Muito feliz por ter feito parte dessa jornada incrível. Pude perceber que é preciso mais tempo para tantas coisas boas a serem realizadas com essas mulheres que são vulneráveis a homens que se sentem donos. Mas demos um passo, muitas já conseguem se libertar dessa prisão e dependência emocional que sofrem pelos seus parceiros ou parceiras. E sei que elas vão conseguir colocar em prática porque elas não estão sozinhas. Estamos unidas. Juntas somos mais”*. Já uma aluna do técnico em Enfermagem indica que *“Precisamos falar mais sobre o que as mulheres vivem pois elas são diariamente oprimidas. Para que cada mulher tenha acesso a instrumentos de proteção e uma rede de apoio e que seus potenciais agressores possam repensar as suas ações. Foi no projeto feminicídio que tive o conhecimento das porcentagens de mulheres que*

morrem ou ficam com sequelas altas. Foi um choque para mim. É uma pauta urgente, uma vez que este fenômeno é invisibilidade em nossa sociedade”.

Em uma das oficinas realizadas no projeto que trata de “relacionamentos abusivos”, uma aluna participante relata que *“Em uma sociedade marcada pelo adoecimento, pelos altos índices de violência e homicídios inseridos em uma cultura ainda fortemente patriarcalista, entendemos que o machismo atravessa o desenvolvimento psicológico e social das pessoas, deixando marcas de sofrimento, em mulheres e meninas, que são forçadas muitas vezes a fingir que está tudo bem, por que não tem apoio nem mesmo da sua família, por não derem para onde ir se a sujeitam a viverem nessa situação. Sentem essa violência muito mais pesada e letal, chegando até morrerem pelo simples fato de serem mulheres”.*

Nesta perspectiva, o presente trabalho resulta na experiência destas rodas de conversa, da partilha de cada uma no projeto que com seus relatos dão força para outras que ainda não conseguiram perceberem que vivem um relacionamento abusivo e totalmente de pendente do agressor. Só assim, estas mulheres participantes, se descobrem e não permitem mais isso em suas vidas.

Em passos mais largos há o despertar nas mulheres em situação de violência a possibilidade de recomeço de vida. Por meio de oficinas dinâmicas, permite-se o resgate da autoestima, a qualificação profissional e inclusão no mercado de trabalho com geração de renda, contribuindo para a autonomia econômica e social da mulher. Essa é uma das principais portas de saída do ciclo da violência. Permite-se também, desenvolver competências socioemocionais e empreendedoras, por meio do empoderamento feminino de mulheres que queiram iniciar ou aperfeiçoar o seu negócio.

Espera-se também, com esta ação, auxiliar na criação de instrumentos que investiguem e discutam a presença de relacionamentos abusivos, sobretudo medidas indiretas, como por meio de relatos e entrevistas que acessem amigos e familiares da vítima, dada a dificuldade de autopercepção de estar em um relacionamento assim que muitas vezes resultará no feminicídio. Por fim, reflete-se que “O amor não é cruel/ Nós somos cruéis/ O amor não é um jogo/ Fomos nós que fizemos um jogo do amor” (Kaur, 2017, p. 155).

4. Conclusões

Ao analisar a realidade atual, pode-se perceber que um dos maiores problemas que envolvem a transgressão do âmbito dos direitos humanos é a violência contra a mulher. Pensando em ações efetivas que façam a diferença na vida das mulheres e ofereçam novas oportunidades que despertem nas mulheres a possibilidade de retomar as rédeas de sua vida, é que esse projeto reforçou a mensagem de apoio às mulheres em situação de violência, vulneráveis e sujeitas ao controle do agressor.

A violência inicialmente começa através do controle psicológico, e assim posteriormente evolui aos outros tipos de violência, culminando no feminicídio. Portanto, conhecer o que é considerado violência pode ser uma das principais ferramentas para conseguir combatê-lo desde logo. Sendo assim, as escolas são ambientes fundamentais para a contribuição e esclarecimentos nesses assuntos com seus alunos. A troca de informações através da escuta, possui uma contribuição fundamental para que os jovens possam entender e avaliar seus relacionamentos, e desta forma auxiliá-los para que haja menos vítimas futuras de violência, tendo em vista os esclarecimentos prestados sobre este assunto.

5. Referências

- ARAÚJO, M.F. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. Psicologia para América Latia, (14). 2008.
- ARENDR, H. **Da Violência**. Editora: Universidade de Brasília, 1985.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA / Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – 1 (2006)- . – São Paulo: FBSP, 2023. 357 p.: il.
- BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e Das Penas**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- D' AGOSTINI, M. et al. **Representações sociais sobre relacionamento abusivo**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.2, p. 20701-20721, feb. 2021.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3.ed. rev. e atual. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2009.
- GOMES, Luciana Ribeiro Maciello Gomes apud PINHEIRO, Ralph Lopes. **História resumida do Direito**. 10. ed. Rio de Janeiro: Thex, 2001. Disponível em: <<https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/25415-25417-1-PB.pdf>> Acesso em: 08 set. 2024.
- IPEA (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA). **Atlas da Violência**. 2023. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/12/atlas-da-violencia-2023.pdf>> Acesso em: 04 set. 2024.
- KAUR, R. **Outros jeitos de usar a boca**. São Paulo: Planeta, 2017.
- LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. **Violência contra a mulher: Da legitimação À condenação social**. In: Nova História das Mulheres. (Org). Carla Bassanezi e Joana Pedro. São Paulo: Contexto, 2012.

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

LEANDRO, G. V.; MATA, A. L. S.; TOMÉ, S. F. Violência Doméstica e Femicídio: Uma Análise Acerca das Consequências de um Relacionamento Abusivo.

Encontro de Extensão, Docência e Iniciação Científica (EEDIC), 6. 2019.

Disponível em:

<http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/eedic/article/view/3832/3301>. Acesso em: 10 set. 2024.

NORONHA, C. V.; DOURADO, S. **Violência intencional entre parceiros íntimos no contexto baiano**: Violências intencionais contra grupos vulneráveis, p. 151, 2012. ISBN 978-85-232- 1026-7.

SAFFIOTI, H.I.B. **O poder do macho**. São Paulo. Ed. Moderna, 1987.

VIEIRA, C.C.B. *et al.* 50 tons de cinza e relacionamento abusivo: um olhar do cárcere. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. 15, 2019, p.390-405. ISSN: 1980-6949. Disponível em:<50 tons de cinza e relacionamento abusivo: um olhar do cárcere | Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (febab.org.br) > Acesso em: 10 set. 2024.